



## Crónica

9 JANEIRO 2020  
SÁBADO • www.sabado.pt

## VÁ LÁ À SUA VIDA

O museu de cera da Justiça lá se reuniu uma vez mais para a Cerimónia de Abertura do Ano Judicial. Uma coisa linda de se ver: um sistema cada vez mais preocupado consigo do que com o cidadão que constitucional e financeiramente o sustenta

### Abertura do enfado judicial

**POR ESTA HORA, E DEPOIS DO ACUTILANTE DISCURSO DA** procuradora-geral da República contra a corrupção, todos os corruptos ou aspirantes ao cargo deste país estão já de malas aviadas para o Dubai. A mensagem de Lucília Gago – na costureira Cerimónia de Abertura do Ano Judicial, que basicamente serve para juntar o museu de cera do setor – foi de tal forma assertiva e contundente que ninguém no seu perfeito juízo se atreverá, sequer, a convidar vereador para um almoço, dado o risco de incorrer num crime de oferta indevida de vantagem.

Isto até poderia ser uma análise correta ao que foi dito na tal cerimónia, contudo a ficção impera naquele rito anual da Justiça portuguesa. Depois de o Governo ter elevado o combate à corrupção a “desígnio nacional”, a procuradora-geral lá apareceu a dizer que isso “concita no Ministério Público o maior entusiasmo”. Se esse entusiasmo for proporcional ao tom do seu dis-

curso, estamos conversados quanto ao nível de excitação.

Porque, de resto, Lucília Gago não foi capaz de ir mais além do que o habitual choradinho dos meios. É verdade que faltam meios, mas uma magistratura como a do Ministério Público, concitada para o combate à corrupção, trabalha e gere os meios que tem. A crónica falta de meios existirá sempre, colocando os ladrões à frente da polícia, porque os primeiros trabalham no setor privado, onde é mais fácil arranjar os tais meios, enquanto o setor público vive dependente da boa vontade do ministro das Finanças e de mil e um procedimentos de aquisição ou de contratação.

A ministra da Justiça decidiu também dar o seu contributo para a ficção, acenando com as habituais aberturas de concursos para magistrados, como se o Centro de Estudos Judiciários fosse a única resposta para os problemas no setor. Como não podia passar à margem do tema, Francisca Van Dunem também mencionou os passos dados pelo Governo no combate à corrupção, aquele desígnio nacional que, a avaliar pelas suas palavras, terá um

acento tónico na prevenção, essa maravilha sempre à mão, quando não se quer gastar dinheiro ou fazer reformas sérias. Mesmo com um exemplo desastroso em funções – o Conselho de Prevenção da Corrupção – o Governo insiste numa terapia que, simplesmente, não funciona, dado o nível de captura do Estado por interesses nada transparentes.

O registo ficcional da cerimónia continuou a bom ritmo, com o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Joaquim Piçarra, a declarar do alto da sua autoridade que o “sistema de justiça português está equilibrado e funcional”. Muito funcional para, como se sabe, quem tem dinheiro. O homem-médio – sempre no espírito dos magistrados no momento da decisão – bem pode sonhar com um recurso a tribunal para fazer valer um direito. Porém, começando a fazer contas às Custas Judiciais, mais honorários de advogados, rapidamente desiste. Em sentido contrário, o banqueiro condenado a pena de prisão efetiva bem pode esperar tranquilamente, porque um recurso para a Relação, um para o Supremo, mais um ou dois para o Constitucional, juntamente com alegações de nulidades e pedidos de esclarecimento dão-lhe todas as garantias de uma vida tranquila, sendo mais certa a chegada da hora da morte do que do mandato de condução a um qualquer estabelecimento prisional.

De tantas vezes que o vento lá levou as palavras da Cerimónia de Abertura do Ano Judicial – ainda se lembram do Pacto para a Justiça proposto pelo Presidente da República, que levou os operadores judiciários a elaborar um documento com propostas? –, o ato tornou-se, em si, inútil, porque não produz um efeito prático nas instituições, capaz de melhorar a sua relação com os cidadãos. Para o ano, lá teremos o habitual desfile de becas e togas, com os habituais discursos grandiloquentes e reflexivos não sobre a Justiça a que os cidadãos têm direito, mas sim sobre os direitos de quem a aplica (em nome do povo). □



Subdiretor  
**Carlos Rodrigues Lima**

